



Eixo: Educação e Política Social

TEORIA DO ESTADO E UNIVERSIDADE EM ERNEST MANDEL: Não Existe neutralidade

Resumo:

Este artigo apresenta os elementos estruturantes da análise sobre o Estado e a universidade para o economista Ernest Mandel, com objetivo de identificar os limites e as possibilidades da política de educação superior na atualidade e os papéis que desempenham para o desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: Ernest Mandel; Estado; Educação superior; Universidade

THEORY OF THE STATE AND UNIVERSITY IN ERNEST MANDEL: There is no neutrality

Abstract:

This article presents the structuring elements of the analysis of the State and the university for economist Ernest Mandel, with the aim of identifying the limits and possibilities of higher education policy today and the roles they play in capitalist development.

Keywords: Ernest Mandel, State; College Education; University.

1 Introdução

Ernest Mandel, foi um economista belga muito influente nas temáticas econômicas e político-sociais, que desempenhou um papel importante para a compreensão do desenvolvimento capitalista na contemporaneidade, suas crises cíclicas e as implicações disso ao Estado. Viveu de 05 de abril de 1923 a 20 de julho de 1995 e por isso é considerado um dos maiores pensadores políticos da segunda metade do século XX, reconhecido por adensar o campo marxista e trotskista. Dentre as suas contribuições, elencamos para o desenvolvimento deste artigo as elaborações do autor sobre Estado e universidade, a fim de identificar elementos da crítica atual à política de educação superior no Brasil.

Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias que nos ofereceram subsídios à análise proposta, com destaque do livro *Capitalismo Tardio* (MANDEL, 1982), por onde nadamos nas águas fartas das brilhantes elaborações do pensador.

Assim, convidamos o(a) leitor(a) a reconhecer conosco a atualidade do pensamento de Ernest Mandel para que possamos juntos incorporar elementos aos estudos contemporâneos do Estado e do papel das universidades públicas para o desenvolvimento capitalista.

2 Subsídios e Teoria do Estado em Ernest Mandel

A concepção teórica e filosófica sobre o Estado e a importância de sua existência foi discutida ao longo da história por diversos estudiosos que buscavam justificar a estrutura desta instituição. As diferentes análises são controversas e, ainda nos dias de hoje, criam o arcabouço teórico à disputa da implementação das políticas sociais, a incluir a de educação superior.

Para os pensadores contratualistas, o homem e o Estado têm um pacto social estabelecido por um contrato social que assegura as leis, a moral e os costumes. Tal contrato teria contorno por meio de alguns aparatos institucionais capazes de garantir uma convivência harmônica entre os homens.

Em sua teoria sobre o Estado, Locke, pai do contratualismo, desenvolveu a ideia de direitos naturais, aqueles que seriam inerentes à condição humana, como o direito à liberdade, à vida e à propriedade, e por isso acreditava que o propósito do Estado era o de proteger esses direitos naturais e que os governos só deveriam ser legítimos se obtivessem o consentimento dos governados para governar, através da democracia representativa. Essas ideias foram fundamentais para o desenvolvimento do pensamento político liberal e influenciaram significativamente os princípios subjacentes a muitas democracias modernas.

Partindo destes pressupostos, Thomas Hobbes, frequentemente associado à teoria contratualista, contribuiu para a análise do Estado a partir de elementos que se reverberaram em outra teoria do Estado, a teoria legalista ou positivista. Em sua obra *Leviatã*, Hobbes defendeu a necessidade de um soberano absoluto cujo poder é legitimado pela obediência à lei. Para Hobbes, o estado é uma entidade legalmente estabelecida que mantém a ordem e evita o estado de natureza, onde a vida é "solitária, pobre, sórdida, brutal e curta". Segundo essa teoria, o Estado é definido pelas leis e instituições que o compõem, e sua legitimidade deriva do cumprimento das leis.

A crítica contundente à teoria contratualista e à legalista se coloca na perspectiva marxista acerca do Estado, compreendendo-o como parte de um sistema de dominação de classe que utiliza as leis e as instituições para manter o poder e os privilégios dos representantes da burguesia, em detrimento dos da classe trabalhadora. Assim sendo, o Estado é considerado uma estrutura que reflete e perpetua as relações entre as classes sociais na sociedade capitalista.

A teoria marxista do estado foi uma perspectiva que se desenvolveu a partir das ideias do filósofo e economista Karl Marx e do seu colaborador Friedrich Engels e, partindo das análises descritas sucintamente, anteriormente, diversos estudiosos deram suas contribuições com o intuito de compreender e explicar o contexto em que viviam e prever o que o futuro lhes reservava. Dentre eles encontra-se Ernest Mandel, o pensador privilegiado neste artigo.

Antes de apresentarmos as elaborações Mandel, voltemos para o pensamento de Marx. Para ele, o Estado na sociedade capitalista se origina a partir da desigualdade e do conflito de interesses entre as classes e assume a função de garantir e conservar a dominação e a exploração de classe.

Isso porque, até da Primeira Revolução Industrial¹, a organização social e financeira da sociedade era distinta da que passou a existir após a Revolução. Antes dela, no Modo de Produção Feudal, prevalecia a economia agrária e a estratificação por estamento, o que significa dizer que os indivíduos trabalhavam no campo, tiravam da terra a sua subsistência e ocupavam posições fixas com base em sua origem e status social².

¹ A Primeira Revolução Industrial teve início na segunda metade do século XVIII, aproximadamente entre as décadas de 1760 e 1840. Este período marca o surgimento e a disseminação de novas tecnologias e processos industriais na Grã-Bretanha, que foram os precursores da revolução industrial em larga escala. Embora seja difícil atribuir uma data exata para o início da Revolução Industrial, muitos historiadores consideram que as primeiras transformações significativas ocorreram na indústria têxtil britânica. Essas inovações foram seguidas pela aplicação da máquina a vapor de James Watt para alimentar máquinas e locomotivas, na virada do século XVIII para o século XIX, o que impulsionou ainda mais a industrialização. Assim, enquanto não há uma data precisa para o início da Primeira Revolução Industrial, ela é amplamente considerada como tendo começado na segunda metade do século XVIII e continuado até meados do século XIX.

² É válido deixar explícito que na sociedade feudal também havia desigualdades e explorações que não serão aqui enumeradas pois fogem ao objeto de estudo deste texto. Porém, uma característica predominante, válida de ser assinalada, era a impossibilidade de mobilidade social imposta aos indivíduos, que fazia com que os sujeitos permanecessem na posição social em que nasceram, sob alegações de cunho

Com o declínio do feudalismo; o desenvolvimento do capitalismo; o advento da Primeira Revolução Industrial; e o surgimento da classe trabalhadora assalariada, a organização social passou a ser representada pela divisão entre as classes sociais, a burguesia e o proletariado³. Além disso, a criação das máquinas acelerou o processo de produção das mercadorias e as condições de exploração foram modificadas: agora, homens, mulheres e crianças trabalhavam nas fábricas até à exaustão, todos os dias, durante longas jornadas de trabalho, sem leis e direitos que os protegessem da voracidade do capitalismo, enquanto os representantes do capital acumulavam riqueza frente ao aumento da pobreza e da miséria crescentes. Tudo isso com o aval do Estado.

Foi na análise das contradições da sociedade capitalista emergente; dos interesses divergentes entre as classes sociais; e do lugar que ocupou o Estado naquele contexto que se desenvolveu a crítica estatal marxiana, adotada por Ernest Mandel para elaborar suas ideias sobre o desenvolvimento político e econômico de sua época.

Mandel compartilhava da visão marxiana de que o Estado é um instrumento da classe dominante na sociedade capitalista e o via como uma estrutura política a serviço da ordem social e dos interesses do capital, que exerce controle sobre a classe trabalhadora por meio das suas *funções diretas e indiretas*.

No campo das *funções diretas* incluem-se as atribuições de manter a ordem social; proteger os interesses da classe dominante e gerenciar a economia. Já as *funções indiretas* estão no campo ideológico e tratam de mediação de conflitos sociais; legitimação ideológica; e providência de bens e serviços públicos.

Sobre as funções indiretas repressivas e ideológicas, Mandel argumentava que o Estado não as usa apenas para coerção física e repressão da organização da classe trabalhadora, mas também para empregar e legitimar a dominação burguesa.

A considerar essas funções, entendemos que o pensamento mandeliano reconhece que o Estado precisa intervir na economia para garantir as condições necessárias à acumulação capitalista, e por isso utiliza de diversos recursos operacionais

religioso e de providência divina.

³ De maneira sucinta podemos dizer que o proletariado foi formado por camponeses obrigados a sair do campo para buscar sustento nas cidades industriais ascendentes, pela via do trabalho assalariado; e a burguesia foi formada pelos donos dos meios de produção que compram a força-de-trabalho do trabalhador assalariado.

diretos e indiretos para alcançar este fim, como a gestão de crises⁴ e conflito; a implementação de leis regulamentações e políticas; a regulamentação dos mercados e a oferta de serviços públicos essenciais, a incluir a educação.

Dos recursos assinalados, dois elementos que estruturam o pensamento de Mandel sobre o Estado nos ajudam a compreender o papel das universidades para o desenvolvimento capitalista.

O primeiro deles seria a gestão de crise e conflito que se costura de maneira muito assertiva com seu conceito fundamental de capitalismo tardio. Por capitalismo tardio o autor descreveu o estágio avançado do desenvolvimento capitalista pós-segunda metade do século XX, cujas principais características são:

- a. Globalização e internacionalização do Capital, caracterizada pela crescente integração econômica e pela internacionalização do capital.
- b. *Financeirização da economia expressa* pela dominância do capital financeiro com bancos e instituições financeiras desempenhando um papel central na alocação de recursos e na geração de lucros.
- c. *Economia de monopólio* identificada pela crescente concentração e centralização do capital, resultando em uma economia dominada por grandes empresas monopolistas.
- d. *Crisis e contradições* reveladas pelas crises de superprodução, instabilidade financeira e desigualdade econômica

⁴ Ernest Mandel, como teórico marxista, desenvolveu uma análise profunda das crises do capitalismo que não nos cabe aprofundar neste artigo pois foge ao nosso objeto de análise. Contudo, por respeito às contribuições do autor e a originalidade do seu pensamento, destacamos suas elaborações sobre os ciclos de expansão do capital. Para Mandel, o capitalismo opera em ciclos de expansão e contração, com períodos de crescimento econômico seguidos por recessões e crises. Esses diferentes períodos foram denominados por “ondas longas” e “ondas curtas”. As ondas longas são os momentos de expansão econômica que podem chegar a durar décadas. Durante esses períodos, há um rápido crescimento da produção, do investimento e do emprego. Mandel argumentava que as ondas longas eram impulsionadas por inovações tecnológicas e mudanças na organização da produção, que aumentam a produtividade e impulsionam o crescimento econômico. Ele identificou três fases nas ondas longas: a fase de expansão, a fase de superprodução e a fase de recessão. Já as ondas curtas, por outro lado, referem-se a ciclos econômicos de curto prazo que ocorrem dentro das ondas longas. Esses ciclos são caracterizados por flutuações na atividade econômica, incluindo períodos de expansão e contração que duram de alguns anos a uma década. Mandel via as ondas curtas como resultado de fatores como mudanças na demanda agregada, política monetária, investimento empresarial e especulação financeira.

- e. *Estado interventor* expresso pelo papel cada vez mais importante, desempenhado pelo Estado, na regulação e na gestão da economia, por meio de políticas econômicas, sociais e fiscais.

Ao gerir a crise e revelar seu papel interventor o Estado disponibiliza para o capital as condições necessárias para a acumulação, assim como favorece o desenvolvimento e a consolidação das empresas nacionais e internacionais. Ademais, o Estado assume o papel de financiador e de gerenciador dos setores de infraestrutural ao oferecer:

- financiamento para as obras exigidas pelos maiores setores da economia que requerem grandes investimentos e prazos longos para conferir o retorno dos resultados de rentabilidade.
- oportunidades de atuação para empresas privadas, sem envolver-se em ações competitivas, ao contrário, propicia-lhes a expansão.
- oportunidade para as empresas estrangeiras, ao evitar que estas tenham gastos com os serviços de infraestrutura e fiquem liberadas de investimentos nesta área.
- *mão de obra qualificada sem custos para as empresas nacionais e internacionais*

O segundo elemento seria a oferta de serviços públicos que dialoga intimamente com a noção de Estado interventor. Por serviços públicos entendemos atividades e recursos fornecidos pelo governo ou entidades estatais para atender às necessidades básicas do ser humano genérico. Tais serviços são geralmente financiados por impostos ou outras fontes de receita pública e se materializam pela via das políticas sociais que, para nós, são uma maneira de intervir do Estado na luta de classes, que se traduzem tanto como direitos sociais quanto como subsídios de fundo público ao capital.

Nessa perspectiva, o ensino superior seria consequência do direito social à educação básica e de qualidade para todas as pessoas – que inclui acesso à educação infantil, ensino fundamental e médio, e a possibilidade de acesso ao ensino superior. Ressalta-se que o ensino superior desempenha um papel significativo na reprodução e no fortalecimento do sistema capitalista de várias maneiras, em especial naquilo que diz

respeito à qualificação da mão-de-obra e a inovação/desenvolvimento tecnológico para a produção e reprodução das forças produtivas. Vejamos.

3 Inovação Tecnológica e Universidade em Ernest Mandel

Para Mandel a aceleração da inovação tecnológica se relaciona com a redução do tempo de rotação do capital fixo que, para o autor, é uma parte essencial do processo de acumulação capitalista, desempenhando um papel crucial na expansão da produção, no aumento da produtividade e na dinâmica econômica do capitalismo.

O capital fixo deve ser entendido como os meios de produção adquiridos pelos capitalistas para serem utilizados repetidamente na produção de bens e serviços ao longo de um período prolongado. Isso inclui bens de capital como máquinas, equipamentos, instalações industriais, edifícios, infraestrutura e tecnologia.

Nesse processo, a inovação tecnológica é fundamental para a expansão de capital e o investimento nela é uma das principais formas pelas quais os capitalistas buscam aumentar a produtividade do trabalho e garantir o crescimento econômico a longo prazo.

Nos períodos de expansão econômica frequentemente observamos um aumento significativo de investimentos em capital fixo, à medida que as empresas buscam expandir sua capacidade produtiva. Contudo, Mandel assinala o problema da depreciação e obsolescência do capital fixo, reconhecendo que os bens de capital têm uma vida útil limitada e, ao longo do tempo, podem se tornar obsoletos devido ao avanço da tecnologia ou mudanças nas condições de mercado. Isso requer um constante reinvestimento em novos equipamentos e tecnologias para manter a competitividade dos representantes dos capitais.

Por isso, a inovação tecnológica é um corolário da aplicação da ciência no processo de produção e um ramo de negócio, conforme apresenta Marx, nos Grundrisse, ressalta Mandel.

Para ambos, todas as ciências foram forçadas a se colocar a serviço do capital, contudo, Mandel destaca que o investimento autônomo em pesquisa e desenvolvimento se processou plenamente na lógica do capitalismo tardio, “segundo a

qual as rendas tecnológicas se tornaram a principal fonte de superlucros” (MANDEL, 1982, pg.178).

Assim, as condições de valorização do capital influenciam a atividade de invenção científica” (considerada resultado da história da ciência, do trabalho e da sociedade) e de “inovação tecnológica”, sendo esta o tipo de pesquisa direcionada para o desenvolvimento e o lucro do capital. Desse modo, a inovação tecnológica tornou-se uma nova forma de investimento e de exportação do capital.

Contudo, ressalta Mandel, este ramo de produção só consegue valorização na medida em que o trabalho realizado ali conduza à produção de mercadorias.

Como qualquer outro capital, o capital na esfera da pesquisa é constituído de componentes fixos e variáveis⁵, e o fato de o resultado do trabalho no campo da pesquisa ser incorporado ao valor de mercadoria mais tardiamente (ou nunca) não altera a natureza do trabalho total, o que significa dizer que segue sendo trabalho produtivo. Por isso, “Em última análise, a inovação tecnológica acelerada implica o crescimento acelerado da produtividade média do trabalho” (MANDEL, 1982, pg.181) e, com isso, assume-se a referência de que os investimentos em capital fixo impactam a economia como um todo, pois influenciam na produtividade, no emprego, na distribuição de renda e na dinâmica dos ciclos econômicos.

Se nos períodos de expansão econômica observamos o aumento significativo de investimentos em capital fixo, em períodos de estagnação vemos o contrário: há uma tendência ao freamento da produção de inovação tecnológica.

Para exemplificar tal ideia, Mandel ressalta o afluxo de renovação do capital no pós-Segunda Guerra Mundial, onde tivemos condições diferenciadas que permitiram a elevação da taxa de mais-valia e, com isso, o crescimento de demanda de força de trabalho intelectualizada e a “explosão de universidades” (MANDEL, 1982, pg. 182). Vejamos o gráfico elucidativo (*idem*, pg. 1983):

⁵ Por capital variável entendemos os investimentos capitalistas na compra da força-de-trabalho, dito de outro modo, é o capital investido para o pagamento de salários. com os salários

Crescimento na Educação Superior¹

		1950	1965	1980 (projeção)
EUA	(a) em milhares (b) em % do grupo etário	2 297 20%	5 570 41%	58%
Japão	(a) (b)	400 5%	1 085 12%	23%
Grã-Bretanha	(a) (b)	180 5%	432 12%	20%
França	(a) (b)	187 6%	524 17%	31%
Alemanha Ocidental	(a) (b)	135 4%	368 9%	24%
Itália	(a) (b)	241 6%	405 11%	24%

¹ OECD Report (não publicado).

No nosso entendimento da leitura, o padrão do crescimento do trabalho intelectual científico é determinado pela necessidade capitalista de inovação tecnológica e expressa a costura oportunista da atividade intelectual com a produtiva, com subsídios do Estado por meio do financiamento das universidades públicas e do desenvolvimento de inovação tecnológica.

O resultado dessa articulação é a crise da universidade humanista clássica, o que impacta desde as formas de ingresso até as pesquisas desenvolvidas. Tem-se a partir daí alguns fenômenos sociais que merecem destaque, à luz da interpretação mandeliana:

- a. racionalização, fragmentação e especialização do trabalho intelectual e da ciência, que implicam no processo de proletarização do trabalho intelectual, ou seja, o trabalho intelectual se torna uma mercadoria que oscila de acordo com a oferta e a procura de um determinado momento e os estudantes se tornam prisioneiros de uma educação à valorização do capital.
- b. o ramo da educação torna-se espaço de investimentos do capital e controle da iniciativa privada

- c. “tendência inerente ao capitalismo tardio de tornar a ciência uma prisioneira de suas transações de lucros e de suas estimativas de lucro” (MANDEL, 1982, pg.185)

Além dessas problematizações, Mandel elabora sobre a formação de profissões que são treinadas para participar do processo de supervisão da exploração de extração de mais-valia, porém identifica que algumas especializações não entram em conflito com os interesses da classe trabalhadora, e por isso tendem a se identificar muito menos com os interesses do capital. Neste momento, Mandel cita diretamente médicos e assistentes sociais empregados pelo Estado (*idem*, pg. 198). Assim, segundo o autor, os grupos que participam da supervisão da extração de mais-valia ou da preservação do capital constante possuem identificação com os interesses da burguesia, diferentemente daqueles grupos cujas funções não entram em conflito com os interesses dos assalariados. A partir de então, afirma que a “prática profissional revolucionária” seria aquela disposta a não funcionar sob lógica dos agentes do capital.

Nesta mesma linha de interpretação, Mandel (1984) entende que uma parte das universidades deixaram de ser um espaço de qualificação e de pensadores(as) e tornaram-se instrumentos das necessidades capitalistas que tenta subordinar a produção da capacidade intelectual à valorização do capital, por meio de “reformas tecnocratas da educação superior” (pg. 184). A superação desse modelo imposto seria a construção de uma educação crítica em relação à sociedade capitalista. Nas palavras de Mandel:

Em lugar de serem treinados para serem súditos obedientes e assalariados disciplinados, dominados pela ideologia da realização individual, os jovens podem ser encorajados a pensar independentemente e agir em termos de solidariedade coletiva. (MANDEL, 1982, pg. 187 a 198)

Isto porque, para o autor, as universidades desempenham um papel complexo e multifacetado na sociedade capitalista: além de atender às demandas do mercado de trabalho capitalista, fornecem espaços de produção do conhecimento que podem promover a crítica e a consciência social, servindo como espaços de mobilização política e transformação social, sobretudo a considerar o protagonismo dos movimentos estudantis como agentes de mudança social.

4 Conclusão

No campo do pensamento crítico, Ernest Mandel deve ser considerado um grande interlocutor marxiano. A partir das suas leituras de Marx, o autor conseguiu oferecer elementos inéditos e contundentes para a interpretação da dinâmica contemporânea, mostrando-se relevante à interpretação do tempo presente.

Do seu legado, neste artigo, destacam-se o conceito de capitalismo tardio e suas elaborações sobre as funções atuais do Estado; a importância da inovação tecnológica para o desenvolvimento do modo de produção capitalista; e o papel das universidades à produção e reprodução de capitais.

Enquanto estudo construído a partir de uma revisão bibliográfica, a síntese ora apresentada revelou que o Estado, através das suas atribuições diretas e indiretas, oferece plenas condições para o desenvolvimento capitalista. Esta análise ampla, quando pormenorizada, mostrou a maneira pela qual o capital transformou a ciência em uma fonte de superlucro, em especial no pós-Segunda Guerra Mundial.

Assim, no bojo da originalidade do pensamento mandeliano conseguimos fazer a costura entre o papel universidade para a produção de tecnologia e as possibilidades de ultrapassar os desafios colocados aos espaços de formação superior, hoje, submetidos à lógica do capital.

Ao promover falsas ideias sobre o desenvolvimento e investimento do Estado em prol da inovação tecnológica, mascara-se e deturpa-se o real sentido da captura da produção da ciência. Subverter esta ordem exige de todos(as) nós a construção de uma universidade disposta a realizar a crítica social, a incluir os(as) estudantes universitários, considerados força potencialmente revolucionária para a organização e a mobilização em torno de questões políticas e sociais, contribuindo, assim, para a luta de uma sociedade mais justa e igualitária.

Tendo em vista que os(as) estudantes serão os profissionais do futuro e levarão consigo o conhecimento adquirido, decerto devem estar conscientes sobre as manobras do capital e atentos(as) às contribuições necessárias ao fortalecimento da educação emancipatória – que objetiva ensinar o indivíduo a pensar e a dialogar com a realidade, criando alternativas democráticas e de superação da ordem.

Por fim, destacamos que a aceleração da inovação tecnológica se reflete na aceleração da vida social e, com efeito, a sensação de que o mundo está cada vez mais dinâmico e rápido assombra a humanidade. A resposta contundente para esta sensação perpassa experiências coletivas de interrupção do tempo no campo da aceleração capitalista, para, assim, favorecer a ascensão de formas de resistência no campo da política, da cultura e da educação, com objetivo de trazer a ciência para o espectro humanista e emancipatório.

Referências

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Os Economistas, São Paulo: Abril Cultura, 1982.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. Uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós-64. São Paulo: Cortez, 1991. V. 1.

ROSA, Hartmunt. **Alienação e Aceleração**: por uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.